

RELATÓRIO DA REUNIÃO COM O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO DIA 21 DE AGOSTO DE 2009.

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

- JOÃO BERNARDO – SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO;
- DUVANIER – SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO;
- NELSON FREITAS: SEC. DE RECURSOS HUMANOS/SIAPE.

REPRESENTANTES DA CONDSEF E CUT:

- JOSEMILTON MAURICIO COSTA- SEC. GERAL DA CONDSEF;
- EDISON CARDONI – EXECUTIVA DA CONDSEF;
- PEDRO ARMENGOL DE SOUZA – EXECUTIVA DA CONDSEF E CUT.

I – INTRODUÇÃO:

A presente reunião foi produto da mobilização dos trabalhadores da base da CONDSEF no dia 19.08.2009 (Vigília no Bloco “K”) tendo como Eixo a pressão pelo cumprimento dos acordos firmados entre o Governo e a CONDSEF, e com várias cláusulas descumpridas pelo Governo. Na reunião do dia 19.08.2009, o Secretário Executivo do MPOG, João Bernardo, já havia externado a postura política, de não reconhecer o descumprimento de Acordos por parte do Governo. Com a “tensão” natural gerada por essa postura do representante do Governo, ele solicitou que a CONDSEF informasse oficialmente, até as 13 horas do dia 20.08.2008, quais as cláusulas dos acordos que a CONDSEF entendia que estavam sendo descumpridas pelo Governo, e que no dia 21.08, apresentaria à CONDSEF uma posição sobre as demandas apresentadas pela Confederação.

A CONDSEF, conforme cópia encaminhada ontem (20/08) para as suas Entidades Filiadas apresentou no prazo estipulado pelo Governo as CLÁUSULAS E COMPROMISSOS FIXADOS EM 2007, 2008 E 2009, AINDA NÃO CUMPRIDOS PELO GOVERNO FEDERAL, para o que o Governo se posicionasse na Reunião de hoje (21/08) sobre as demandas apresentadas.

II – DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:

1. Inicialmente, o Secretário Executivo do MPOG, numa abordagem mais geral, informou que o Governo não considera que tenha havido “descumprimento de acordo” no caso dos Grupos de Trabalho - acordados para tratar dos diversos compromissos setoriais - que foram instalados, mas cujos trabalhos ainda não foram concluídos; e, isso, independentemente de os prazos para conclusão desses grupos terem sido descumpridos;
2. De acordo com o Secretário Executivo, as demandas dos setores ainda em tratativas nos Grupos de Trabalho com as quais o governo não concorde não serão encaminhadas pela Secretaria Executiva do MPOG e isso não é descumprimento de acordo;
3. O compromisso que ele (Secretário Executivo) poderia assumir seria o de posteriormente conversar com o Secretário de Recursos Humanos, Duvanier, para estabelecer algumas prioridades do Governo em relação aos Grupos de Trabalho e dinamizar/agilizar a

conclusão dos Trabalhos desses GT's, que o governo considerar prioritários, para posteriormente estabelecer processo de negociação em relação às demandas/insumos por eles produzidas;

4. Outro encaminhamento proposto pelo Secretário Executivo, que para nós da CONDSEF não é nenhuma prioridade, aliás, do nosso ponto de vista não deveria nem ser encaminhado, é o de estabelecer um cronograma de regulamentação das Gratificações de desempenho do conjunto do Funcionalismo;
5. Sobre alguns acordos feitos por outros Ministérios e/ou Órgãos/Empresas, como por exemplo, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura, CONAB, o Secretário Executivo informou que todos e Ministros /Gestores das demais Estruturas da Administração Pública têm “legitimidade” para encaminhar demandas para o Ministério do Planejamento, mas frisou enfaticamente que a DECISÃO é do Ministério do Planejamento; e que a DECISÃO sobre as demandas acima exemplificados, são as seguintes:
 - a. Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos do Ministério do Trabalho: palavras do Secretário Executivo, “há uns vinte dias aproximadamente, o Ministro Paulo Bernardo já respondeu ao Ministro Carlos Lupi”, ou seja, para o Ministério do Planejamento não existe Carreira dos Servidores do Ministério do Trabalho;
 - b. Gratificação dos Servidores do Ministério da Justiça: a princípio o Secretário Executivo reconhece as disparidades existentes no MJ e que poderá estar discutindo alguma solução para elas, mas não na forma proposta e apresentada pelo Ministro Tarso Genro;
 - c. Plano de Carreira dos Trabalhadores da CONAB: a mesma posição em relação às situações supra mencionadas, adendando que qualquer proposição das empresas Estatais tem de estar dentro dos limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, ou seja, qualquer negociação além desses parâmetros não é nem será considerada pelo Ministério do Planejamento;
 - d. Outras demandas acordadas setorialmente (Ministério da Agricultura, etc;), serão “tratadas” da mesma forma pela Secretaria Executiva, ou seja, a decisão final é do Ministério do Planejamento;
6. Outras questões específicas abordadas pelo Secretário Executivo: a) A reivindicação de inclusão de todos servidores do Ministério da Defesa na Carreira de Tecnologia Militar, foi veementemente negada pelo Secretário Executivo, ou seja, ele não concorda com a inclusão; b) Quanto à incorporação da GAE para os servidores de Nível Auxiliar do Ministério da Fazenda, determinou ao Sr. Nelson Freitas que verificasse a situação e resolvesse; c) Quanto ao Bônus para os servidores do DNIT, informou que esta tramitando no Congresso, e que vai encaminhar Projeto de Lei para “arrumar a tabela dos servidores do DNIT nos parâmetros do BÔNUS”, sem fixar prazo para o encaminhamento da proposição;
7. Quanto ao reajuste dos benefícios, e mais especificamente, sobre o Auxílio Alimentação, informou que “está negociando” um Projeto de Lei para viabilizar um provável reajuste, mas não fixou prazo nem para qual valor seria reajustado;
8. Sobre algumas proposições de Gratificação de Qualificação e Adicionais de Titulação, constantes em várias reivindicações acordadas, de forma geral, posicionou-se de forma restritiva, considerando que a titulação a princípio, na sua compreensão, só cabe para as áreas de Pesquisa, Tecnologia e Educação; acrescentou que, na forma, o maior valor deva ser da ocupação do cargo e não da titulação;

9. Em relação a algumas demandas dos servidores das Agências, o Secretário de Recursos Humanos informou que está tratando diretamente com o SINDAGENCIAS. Quando questionamos essa discussão só com o SINDAGENCIAS, visto que a CONDSEF também assinou os respectivos acordos, o Sr. Duvanier retrucou que existe uma decisão judicial que garante só ao SINDAGENCIAS representar os servidores das Agências;
10. Ainda sobre os benefícios, o Secretário Executivo fez a defesa da individualização dos auxílios (o que chamam de “cesta de benefícios”); diante da contestação da CONDSEF, que lembrou, inclusive, não ter sido cumprido o compromisso de discussão prévia do conteúdo da Portaria Normativa nº 03, a Secretaria de Recursos Humanos se comprometeu a receber as críticas da CONDSEF a ela e marcar reunião posteriormente.


III - CONCLUSÕES/ENCAMINHAMENTOS

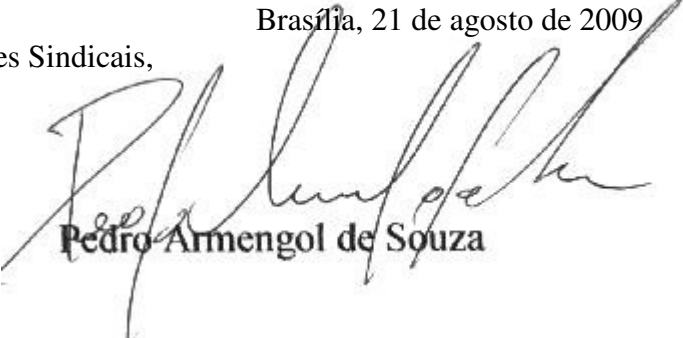
Pelos informes apresentados nessa reunião realizada com o Secretário Executivo do MPOG, as posições políticas do Governo, por si sós, deixam evidente que o Governo retrocedeu no processo de negociação, principalmente sob o pretexto da “crise do sistema financeiro internacional”. Além de negar os compromissos assumidos, ainda colocam em dúvidas algumas demandas já transformadas em Lei, como é o caso de várias alterações de remunerações já garantidas em Lei para 2010 e 2011. Em consequência, reforçamos a necessidade de fortalecer os encaminhamentos tirados na mais recente Plenária Nacional da CONDSEF, a partir da Paralisação Nacional dia 25 de agosto próximo corrente, que tem como eixo principal o cumprimento dos acordos assumidos pelo Governo.

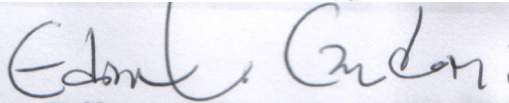
No dia 29 de Agosto a CONDSEF realizará reunião do CDE e da Direção Nacional para aprofundarmos o debate sobre a conjuntura e definirmos as Diretrizes Políticas frente à situação apresentada para a nossa categoria.

Brasília, 21 de agosto de 2009

Saudações Sindicais,


Josemilton Maurício da Costa


Pedro Armengol de Souza


Edison Vitor Cardoni
DIRETORES DA CONDSEF